







CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)

DO



GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL)

GAL RURAL – ATAHCA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM, CÁVADO E AVE

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz bottom-up, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do









estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Rural ATAHCA Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.º Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho









n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

Εo,

Grupo de Ação Local Rural – GAL ATAHCA (ATAHCA) neste ato representado pela Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave – ATAHCA, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 503408077, com sede na Rua Condestável D. Nuno Álvares Pereira, 356/380 4730-063 Barbudo - Vila Verde, neste ato representada por José António da Mota Alves, na qualidade de Presidente da Direção;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a ATAHCA, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

- Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 4.800.542,18 euros.
- A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 2.659.742,18 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.

*







3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 802.800,00 euros FEDER e de 1.338.000,00 euros FSE, que totalizam um montante de 2.140.800,00 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

- A ATAHCA compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
- 2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
- 3. A ATAHCA, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
- 4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a ATAHCA compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.









Cláusula 5ª

Elementos integrantes do contrato

- As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da ATAHCA, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
- 2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
- 3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação.

Anexo 2: Território de intervenção.

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Ponte de Sor, em 27 de janeiro de 2016

Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.







A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Rural - GAL ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave

Presidente da Direção

José António da Mota Alves

Ende July

ANEXO 1







Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-007

Caracterização do Promotor

Aviso

Código

Designação

DLBC-99-2015-02

DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF

Nome ou Designação Social

503408077

ATAHCA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO

Morada (Sede Social) HOMEM CAVADO E AVE

R CONDESTÁVEL D.NUNO ÁLVARES PEREIRA 356/380

Código Postal

4730-000 Localidade

NUT III

NUT II

Cávado Norte

Telefone E-mail

253321130

altocavado@mail.telepac.pt







253323966

URL

Tipologia de Beneficiário

http://www.atahca.pt

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

José Mota Alves

Cargo Responsável

Presidente da Direcção

Serviço/Departamento

Desenvolvimento Local

Telefone Responsável

917811737

Telemóvel Responsável

917811737

Email Responsável

motaalves@atahca.pt

Email Alternativo

altocavado@mail.telepac.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento [auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quandros anteriores, incluíndo os resultados alcançados]







A ATAHCA desde a sua criação em 1991 que iniciou um processo de desenvolvimento local(DL) integrado no território do Cávado e Ave, promovendo a valorização dos recursos endógenos como motor da dinamização económica e social, envolvendo o maior número possível de actores locais numa lógica de governação "bottom-up" e de intervenção territorial integrada, sendo para o efeito entidade dinamizadora e gestora do Programa LEADER durante todas as suas fases ao longo da sua evolução, desde a sua criação em 1991, inspirando uma nova abordagem ao desenvolvimento rural integrado, estimulando o aparecimento de muitas outras Associações tal como a ATAHCA, que com a criação dos seus Grupos de Acção Local (GAL) e a sua filosofia ascendente, permitiram apoiar muitas iniciativas em meio rural que de outra forma estariam excluídos, experimentando novas fórmulas de DL, a maioria delas inovadoras para os territórios. Os principais indicadores de realização e de resultados do LEADER foram:187 projectos apoiados; 4.215.422,64 € de investimento realizado e 51 postos de trabalho(PT) criados. No LEADER II (1995-2000): 147 projectos apoiados; 5.347.917,56 € de investimento realizado e 48 PT criados. LEADER + (2001-2006): 125 projectos apoiados; 4.793.796,61€ de investimento realizado e 80 PT criados. ABORDAGEM LEADER - PRODER (2007-2013): 147 projectos apoiados; 15.861.619,61€ de investimento realizado, dos quais 9.680.769,30€ de despesa pública (FEADER e Componente Nacional) e 282 PT criados. De salientar que a ATAHCA foi a 1ª classificada no ranking nacional de performance de execução financeira do Eixo 3-PRODER entre 47 GAL. Na área da cooperação a ATAHCA desde 1994 que é parceira em projectos de cooperação interterritorial e transnacional com outras entidades em áreas diversificadas que vão desde a dinamização de projectos em áreas do turismo rural e religioso, recursos naturais, produtos tradicionais, comercialização de proximidade, artesanato, industrias criativas e gastronomia tradicional. No último período de programação (2007-2013) os quais englobaram 7 projectos de cooperação interterritorial e 2 de cooperação transnacional. A implementação destas iniciativas tem permitido a troca de experiências, a transferência de "know how" entre os agentes económicos, sociais, culturais e técnicos dos territórios, assim como a aplicação prática de metodologias, produtos e serviços resultantes das várias actividades desenvolvidas, das quais destacamos a iniciativa PROVE de comercialização de produtos agrícolas em circuitos curtos, com a qual foi possível conseguir que cerca de 120 produtores agrícolas de todo o País se unissem num conceito comum de comercialização de proximidade, comercializem todas as semanas directamente os seus produtos junto de milhares de consumidores finais. Este projecto de cooperação foi premiado como exemplar pela União Europeia em 2013, pelo seu carácter inovador, prático e pela capacidade de gerar retorno positivo junto dos seus principais destinatários (produtores e consumidores). A ATAHCA tem desenvolvido a sua actividade formativa em concelhos das NUT III Cávado e Ave. A sua actividade formativa iniciou em 1994, tendo sido desde o primeiro momento, entidade acreditada para o desenvolvimento de formação. Desta certificação resulta a possibilidade de desenvolver formação em 18 áreas de formação, com particular destaque para a Agricultura e Silvicultura, Apoio Social, Saúde, Sector empresarial e Turismo. Tem desenvolvido variados planos de formação nas vertentes de Educação e Formação de Adultos (EFA), Formação Modular Certificada (FM), Formação para a Inclusão, Formação para ativos e ainda Sistema de Aprendizagem. A ATAHCA é também entidade protocolada com o IEFP para o desenvolvimento de formação profissional dirigida a jovens que desistiram ou abandonaram precocemente o sistema de ensino. Esta formação, denominada Sistema Aprendizagem, envolveu até à presente data mais de 140 jovens. A ATAHCA implementou um Centro de Novas Oportunidades (CNO) desde Outubro de 2006 tendo dado prioridade máxima ao público encaminhado a partir deste CNO. Actualmente, é uma entidade detentora de um CQEP - Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional, integrando a rede de CQEP do Cávado. Em termos de DL e Social a ATAHCA é membro activo dos Conselhos Locais de Acção Social dos concelhos de Barcelos, Terras de Bouro e Vila Verde, membro do conselho consultivo da CIM Cávado, do conselho consultivo da SSocial e do conselho consultivo do Natural.pt. Neste âmbito, tem participado em várias reuniões, tendo deste modo, uma visão dos problemas sociais do território muito próxima da realidade, colaborando da procura de soluções para os mesmos. Através de doacões e campanhas realizadas, tem distribuído alimentos pelas IPSS'S do território, tendo sinalizadas as que apresentam maiores dificuldades. De salientar que as entidades parceiras envolvidas nesta DLBC detêm experiência na gestão de projectos ligados ao DL na vertente rural.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
513217550	Academia Portuguesa da Água	12/02/2015	12/02/2015	94995	Associação







505148633	ACERG-Associação dos Criadores de Equinos de Raça Garrana	12/02/2015	12/02/2015	94995	Associação
502038926	ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS AGRICULTORES DO DISTRITO DE BRAGA	09/11/1984	01/01/1990	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500986193	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BARCELOS	22/08/1977	22/08/1977	94110	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
503361380	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERÊS - ADERE - PENEDA GERÊS	21/01/1993	03/03/1993	94995	Agências e associações de desenvolvimen to regional e local
505148625	A.D.O.C ASSOCIAÇÃO DE OCUPAÇÃO CONSTANTE	05/12/2000		94991	
509861105	AEVIVER - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE VILA VERDE	01/04/2011		94110	
509401848	AGÊNCIA DE ENERGIA DO CÁVADO	05/07/2010		94995	
600085449	Agrupamento de Escolas Alcaides de Faria	01/04/1990	01/04/1990	85310	Estabelecimen to escolar
600070298	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GONÇALO NUNES, BARCELOS	23/06/2000	01/09/2000	85202	Estabelecimen tos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
157973905	ALBERTO NIDIO BARBOSA DE ARAUJO E SILVA				Pessoas singulares
502037067	ALIANÇA ARTESANAL- COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	09/06/1988	26/03/2012	13991	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
502480998	AMIBA - Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã	01/06/1992	01/06/1992	94995	Associação
104979224	Ana Maria Lago Campos Melo				Pessoa singular
510338194	Antunes & Alves, consultores associados - Investimentos e Desenvolvimento Rural, Lda	01/06/2010	01/06/2010	82990	Sociedade comercial
503412210	APAC-Associação de Pais e Amigos das Crianças	04/05/2011	04/05/2011	88102	Associação







503724866	APACRA-Associação Portuguesa dos Criadores de Raça Minhota	03/07/1994	03/07/1994	94995	Associação
504265342	Arcada Nova, SA			5814	Comunicação Social
503785202	Associação Cultural e Musical de Vila Verde			94995	Associação
507332016	ASSOCIAÇÃO DE COMPARTES DE FREGUESIA DE CAMPO DO GERÊS	17/05/2005		1610	
509744788	ADEFM - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA FLORESTA DO MINHO	21/07/2000	23/11/2000	94992	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500788499	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DAS CRIANÇAS INADAPTADAS - APACI	07/04/1978		88102	
503814407	Associação Florestal do Cávado			94995	Associação
506794750	Associação Galo Novo-IPSS			94995	Associação
500032335	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (AIP-CCI)	28/01/1837	01/01/1900	94110	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
503978876	Pedras Brancas- Desenvolvimento, Turismo, Artesanato e Serviços			94995	Associação
509745580	APPLC - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PRODUTORES DE LEITE E CARNE	24/07/2003	01/01/2004	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502585757	ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO- TECMINHO	24/07/1990	01/10/1990	94995	Agências e associações de desenvolvimen to regional e local
505694417	ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DA PÓVOA DE LANHOSO	31/10/2001	31/10/2001	94995	Agências e associações de desenvolvimen to regional e local
504867946	OFICINA DA INOVAÇÃO - EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL, S.A.	27/12/2000	01/01/2001	82990	Sociedades Comerciais







510310729	BS-Barcelos Senior, Associação Educacional, Cultural, Social e Recreativa de Formação Permanente			94995	Associação
501071334	Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Vila Verde e Terras de Bouro,CRL			64190	Instituição Financeira
509551793	Caixa de Crédito Agrícola Mútua do Alto Cávado e Basto,CRL			64190	Instituição Financeira
504043722	CALCEDÓNIA - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	14/02/1996	07/01/1998	94995	Fundações Privadas
505584760	MUNICÍPIO DE BARCELOS		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506901173	MUNICÍPIO DE BRAGA			84113	Autarquias Locais
501155350	CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	22/01/1976	05/02/1988	94110	Organização Patronal ou Empresarial
500984395	CASA DO POVO DE CALDELAS	12/06/1943		94995	
501122265	CASA DO POVO DE PICO DE REGALADOS	29/03/1945	29/03/1945	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501547789	Cooperativa Agrícola de Vila Verde, CRL			46331	Cooperativa
501711554	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARTESANATO (CEARTE)	25/07/1986	01/08/1987	85591	Associações Públicas
502075430	CENTRO DE GESTÃO AGRICOLA DE BARCELOS	28/01/1988	01/08/1988	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501082522	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	15/07/1971	01/06/1987	85420	Fundações Privadas
502164638	CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE ARCOZELO	19/12/1986	03/10/1994	88910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)







507533208	CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM	12/01/2006	24/04/2009	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501429670	Centro Social e Paroquial de Covide			87301	IPSS
501440950	CÍRCULO CATÓLICO DE OPERÁRIOS DE BARCELOS	02/05/1904	04/10/1904	94910	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
508779472	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO	30/10/2008	19/01/2009	84130	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
501652299	CONFAGRI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL CCRL	03/10/1985	01/04/1986	94995	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501145249	COPALA-Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho da Póvoa de Lanhoso			46331	Cooperativa
500967580	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE BARCELOS CRL	07/12/1931	29/03/1977	46331	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501064206	COOPERATIVA AGRICOLA DE ESPOSENDE, C.R.L.	19/12/1952	19/12/1952	46331	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501111689	COPACA-Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Amares			46331	Cooperativa
501204458	CORREIA MONTEIRO & SANTOS LDA	29/05/1981	08/06/1981	85201	Sociedades Comerciais
500745749	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	24/11/1947	24/11/1947	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)







501873635	COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DOS VINHOS VERDES	01/06/1987	01/06/1987	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504595067	ESCOLA PROFISSIONAL AMAR TERRA VERDE LDA	10/09/1999	10/09/1999	85320	Escolas Profissionais Privadas
600023826	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA VERDE			85310	
508488060	FACH, Lda			10850	Empresa
503083801	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ORIENTAÇÃO-FPO	19/12/1990	19/12/1990	93192	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
509778860	FERMENTUM-Eng. das Fermentações, Lda			11050	Empresa
504214551	FIALINHO-Associação de Produção de Linho do EDM			94110	Organização de produtores
106354809	Francisco António Pereira Alves				Pessoa singular
507050177	FREGUESIA DE LIJÓ			84113	Autarquia
510841490	Freguesia de Vila Verde e Barbudo			84113	Autarquia
510840957	FREGUESIA DE VIATODOS, GRIMANCELOS, MINHOTÃES, MONTE FRALÃES	28/01/2013		84113	
502201444	FUNDO SOCIAL DESPORTIVO E CULTURAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA E EMPRESAS MUNICIPAIS	09/06/1989	01/08/1989	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506762122	GALILEU NORTE, S.A.	30/10/2003		62090	
505841517	GERÊS EQUI'DESAFIOS - ACTIVIDADES DE LAZER E MONTANHA LDA	28/02/2002	28/02/2002	93192	Sociedades Comerciais
508480736	GERÊS VIVER TURISMO - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E PROMOÇÃO DO GERÊS	20/02/2008	07/05/2008	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)









					County I'
501167102	GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL CRISTÃ	12/03/1981	01/01/1986	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506361381	HOSPITAL DE SANTA MARIA MAIOR, EPE	27/03/2003	27/03/2003	86100	Sector Empresarial do Estado - Empresa Publica
504548727	I. E. M INSTITUTO EMPRESARIAL DO MINHO	09/10/2002	09/10/2002	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	29/12/1979	29/12/1979	84130	Institutos Públicos
500927731	INSTITUTO S.JOÃO DE DEUS	11/11/1977		86100	
503494933	INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE	19/12/1994	01/02/2000	85420	Institutos Públicos
504606590	IPME - INSTITUTO PME FORMAÇÃO S.A.	31/10/1997	31/10/1997	70220	Sociedades Comerciais
503761877	INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	16/08/1980	16/08/1980	85420	Estabelecimen to de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
190284706	Joaquim Paulo Ferreira Cerqueira				Pessoa singular
507414640	FREGUESIA DE CARVALHEIRA			84113	
507078357	FREGUESIA DE ARCOZELO			84113	
507039882	FREGUESIA DE GALEGOS SANTA MARIA			84113	
507330498	FREGUESIA DE CAMPO DO GERÊS			84113	
503820601	KERIGMA - INSTITUTO DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE BARCELOS	21/11/1996	26/11/1996	94995	Agências e associações de desenvolvimen to regional e local
503033472	LICENTIVOS-APOIO A INDUSTRIA,COMERCIO E TURISMO LDA	23/07/1993	23/07/1993	82990	Sociedades Comerciais





104991755	Manuel Aguiar Campos				Pessoa singular
191113298	Manuel Artur Galvão Rego				Pessoa singular
205178758	Manuel Luís da Mota Cerqueira				Pessoa singular
188228829	Maria Clara Fernandes Afonso				Pessoa singular
506759539	Minhorigem			88102	Associação
506797627	Município de Amares			84113	Autarquia
506617599	MUNICÍPIO DE ESPOSENDE	30/09/1992	30/09/1992	84113	Autarquias Locais
506907619	MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO		01/01/1900	84113	Autarquias Locais
506641376	Município de Vila Verde			84113	Município
179331477	Porfírio José da Rocha Barbosa				Pessoa singular
200813323	FERNANDO ANTONIO AFONSO BORGES DE MACEDO		16/05/2013	47784	Pessoas singulares
501736492	QUERCUS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	31/10/1985	31/10/1985	94992	ONG - Organização Não Governamenta I
508856337	QUINTAS DO HOMEM, LDA	23/01/2009	23/01/2009	11021	Sociedades Comerciais
500366039	RUMOS-FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, S.A.	21/06/1971	21/07/1971	85591	Sociedades Comerciais
500874921	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AMARES	30/10/1951	01/01/1986	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
500239886	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE BARCELOS	28/12/1917		87301	
500848750	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA VERDE	17/06/1944		86100	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
507123700	Terradeamares - Sociedade de vinhos, Lda.				Empresa
504938665	Tertúlia Barcelense			94991	Associação
510840221	FREGUESIA DE SILVEIROS E RIO COVO (SANTA EULÁLIA)	28/01/2013		84113	
510834329	FREGUESIA DE ALVITO (SÃO PEDRO E SÃO MARTINHO) E COUTO	28/01/2013	29/09/2013	84113	Autarquias Locais











510835350	FREGUESIA DE CALDELAS, SEQUEIROS E PARANHOS	28/01/2013	29/09/2013 84113	Autarquias Locais
501345361	UNIVERSIDADE DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO	14/09/1979	14/09/1979 85420	Estabelecimen to de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário
509501346	VALORIZA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	22/07/2010	26/01/2011 94995	Agências e associações de desenvolvimen to regional e local
503408077	ATAHCA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM CAVADO E AVE	04/09/1991	04/09/1991 94995	Agências e associações de desenvolvimen to regional e local
600000354	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte			Entidade Pública
600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte			Entidade Pública
503706566	A.C.E.B ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE BALDIOS	20/12/1995	31/10/2000 94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
157523284	José António da Mota Alves		01/01/1990 1220	Empresário em Nome Individual
199282439	Armindo Reinaldo Tadeu Alves		06/01/1993 1252	Empresário em Nome Individual

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Cávado

Grupo Ação Local

Rural

Localizações





NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Cávado	Amares		12,60%
Norte	Cávado	Terras de Bouro		4,80%
Norte	Cávado	Vila Verde		32,00%
Norte	Cávado	Barcelos	Aborim	0,60%
Norte	Cávado	Barcelos	Adães	0,50%
Norte	Cávado	Barcelos	Airó	0,60%
Norte	Cávado	Barcelos	Aldreu	0,60%
Norte	Cávado	Barcelos	Areias	0,70%
Norte	Cávado	Barcelos	Balugães	0,60%
Norte	Cávado	Barcelos	Barcelinhos	1,20%
Norte	Cávado	Barcelos	Carapeços	1,50%
Norte	Cávado	Barcelos	Cossourado	0,60%
Norte	Cávado	Barcelos	Fragoso	1,50%
Norte	Cávado	Barcelos	Lama	0,80%
Norte	Cávado	Barcelos	Martim	1,60%
Norte	Cávado	Barcelos	Oliveira	0,70%
Norte	Cávado	Barcelos	Palme	0,70%
Norte	Cávado	Barcelos	Panque	0,50%
Norte	Cávado	Barcelos	Pousa	1,50%
Norte	Cávado	Barcelos	Roriz	1,40%
Norte	Cávado	Barcelos	Rio Covo (Santa Eugénia)	1,00%
Norte	Cávado	Barcelos	Galegos (São Martinho)	1,30%
Norte	Cávado	Barcelos	Ucha	0,90%
Norte	Cávado	Barcelos	Várzea	1,30%
Norte	Cávado	Barcelos	União das freguesias de Alheira e Igreja Nova	1,00%
Norte	Cávado	Barcelos	União das freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto	1,00%











Norte	Cávado	Barcelos	União das freguesias de Areias de Vilar e Encourados	1,30%
Norte	Cávado	Barcelos	União das freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins)	1,00%
Norte	Cávado	Barcelos	União das freguesias de Durrães e Tregosa	0,90%
Norte	Cávado	Barcelos	União das freguesias de Quintiães e Aguiar	0,80%
Norte	Cávado	Barcelos	União das freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão)	1,30%
Norte	Cávado	Barcelos	União das freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	0,90%
Norte	Cávado	Braga	Adaúfe	2,50%
Norte	Cávado	Braga	Espinho	0,80%
Norte	Cávado	Braga	Mire de Tibães	1,60%
Norte	Cávado	Braga	Padim da Graça	1,00%
Norte	Cávado	Braga	Pedralva	0,70%
Norte	Cávado	Braga	Priscos	0,90%
Norte	Cávado	Braga	Ruilhe	0,80%
Norte	Cávado	Braga	Sobreposta	0,90%
Norte	Cávado	Braga	Tadim	0,80%
Norte	Cávado	Braga	Tebosa	0,80%
Norte	Cávado	Braga	União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	1,40%
Norte	Cávado	Braga	União das freguesias de Crespos e Pousada	0,90%
Norte	Cávado	Braga	União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	2,60%
Norte	Cávado	Braga	União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	0,70%
Norte	Cávado	Braga	União das freguesias de Vilaça e Fradelos	1,10%
Norte	Cávado	Esposende	Forjães	1,80%
Norte	Cávado	Esposende	Vila Chã	0,90%
Norte	Cávado	Esposende	União das freguesias de Palmeira de Faro e Curvos	2,10%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial





Situação atual do território

Em 2001 residiam no Cávado 393.063 mil indivíduos, o correspondente a cerca de 4% da população portuguesa e a 11% da população da região Norte. Em 2011, à semelhança do país e da região, a NUT III Cávado registou um aumento ligeiro na população residente. Em coerência com este indicador, o Cávado ainda mantém o estatuto de território jovem onde todos os concelhos, com excepção de Terras do Bouro, apresentam pesos de população jovem superiores ao Continente e Região. Apenas Terras de Bouro apresenta índice de população com mais de 65 anos superior à Região e Continente. O território correspondente à DLBC Rural "Cávado com...vida" apresenta uma densidade populacional de 173,61 km² valor semelhante ao que a região Norte apresenta para este indicador demográfico.

Em resultado das melhorias ocorridas nos últimos anos ao nível da qualidade de vida, o índice de envelhecimento aumentou de 104 para 130 idosos por cada 100 jovens, entre 2001 e 2011, o que representa um aumento de +35% face a 2001 (104 idosos por cada 100 jovens) e que se torna relevante no progressivo envelhecimento populacional. No Cávado ainda predominam os baixos níveis de escolaridade da população residente, percentagem muito significativa da população com uma escolaridade inferior ao ensino secundário (cerca de 73%). A proporção de população residente, com escolaridade no nível secundário representa cerca de 27%.

Em termos de desenvolvimento das Actividades Económicas o território encontra-se num contexto macroeconómico particularmente difícil, caracterizado pela redução generalizada da actividade económica, do emprego e do bem-estar social. Esta situação é explicada, essencialmente, pelos efeitos recessivos do programa de ajustamento financeiro, cujos efeitos negativos na procura interna não são totalmente compensados pela evolução positiva da procura externa dos bens e serviços produzidos. Denota-se uma concentração de empresas de base tecnológica, de talentos e de competências concentradas em Universidades e instituições de I&DT de projecção nacional, e mesmo internacional (ex. UMinho). A maior parte da actividade económica do Vale do Cávado está concentrada em Braga, embora Barcelos também tenha um relevo bastante importante na região. Estes dois concelhos absorvem mais de 80% do emprego por conta de outrem. Os outros concelhos mais relevantes em termos de emprego são Vila Verde e Esposende. Amares e Terras de Bouro têm uma actividade empresarial muito reduzida. A par de estruturas associativas com uma boa representatividade ao nível da região e do país como a AlMinho, ACIB, ACB, ACICE e a Associação das PME de Portugal, encontramos a U. Minho, o IPCA, a Univ. Católica de Braga, o Parque de Exposições de Braga (PEB) e muitíssimos centros de investigação associados. Em Braga está também instalado o Laboratório Internacional de Nanotecnologia (LIN), que nasceu de uma iniciativa conjunta de Portugal e Espanha.

O Cávado registou um aumento ligeiro de população activa, à semelhança do que aconteceu na região norte e no país. Em 2001 registava um total de 193.443 indivíduos, aumentando em 2011 para 203.581 (+ 5,24%). O aumento significativo dos índices de desemprego nos últimos anos implica, actualmente, a existência de um número relevante de desempregados. Com elevado peso do desemprego de longa duração, que atinge praticamente metade dos desempregados do Cávado inscritos nos Centros de Empregos (47%). Quando comparada com as realidades regional e nacional, em que o DLD representa, respectivamente, 23 e 24%. Em Dezembro de 2014, estavam inscritos no Centro de Emprego de Braga 25.309 pessoas. No Cávado o DLD abrange essencialmente indivíduos com baixas qualificações.

A actividade agrária continua a ter uma predominância relevante em termos ambientais, sociais, culturais e económicos neste território apesar de não ser o sector com maior impacto em termos de criação de riqueza. É neste sector que estão presentes alguns dos principais activos territoriais cujo potencial carece de valorização. O número de explorações agrícolas diminuiu 31% (3545 explorações) no espaço temporal entre os dois últimos censos realizados, registando-se a maior quebra nos concelhos de Esposende, Terras de Bouro, Barcelos e Braga. Quanto à sua dimensão verifica-se a predominância das explorações de pequena dimensão pois 71% estão no escalão entre 1 e 5 hectares e 14% abaixo de 1 hectare, restando apenas 15% que possuem uma dimensão superior a 5 hectares. A área média das explorações agrícolas no território do Cávado é de 5,9 hectares, com a grande maioria dos concelhos a apresentar explorações com área média inferior, a excepção vai para o concelho de Terras de Bouro.

Em termos etários o escalão dominante ainda continua a ser o dos produtores agrícolas com 65 anos ou mais (41%) e o menos numeroso o dos agricultores mais jovens (< 24 anos) com 0,3%. Os escalões etários englobando os produtores em idade mais activa correspondem a 57% do total. O grau de instrução dos produtores agrícolas ainda se mantêm em níveis baixos para as exigências actuais e futuras, existindo há data do último recenseamento 19% de produtores sem qualquer nível de instrução, sendo este valor apenas superado pelo daqueles que têm o ensino básico (76%).

Segundo os dados mais recentes, trabalhavam no sector primário 4263 pessoas (2011), sendo Terras de Bouro (8%) o concelho com maior população empregada na agricultura, seguido de Esposende (5.4%) e









Amares (4%), percentagens acima do valor de referência (NUT).

Como actividades agrárias com potencial diferenciador temos: animais de capoeira em regime extensivo, nomeadamente os galináceos provenientes de raças autóctones, suínos de raça Bísara em regime semi-extensivo ou extensivo; as amenidades agrícolas baseadas na paisagem, na biodiversidade, qualidade da água e do solo, variedades regionais de produtos, modo de produção biológico ou de produtos tradicionais certificados (DOP e IGP) Neste capítulo merecem destaque, a Carne de Barrosã, o Cabrito das Terras Altas do Minho e o Mel das Terras Altas do Minho, a Carne de Minhota e do Melão Casca de Carvalho se cultiva tradicionalmente neste território especialmente nos concelhos de Barcelos e Vila Verde.

As variedades regionais de frutas, como são os exemplos da maçã "Porta da Loja", a "Três ao Prato", a "Camoesa", e os citrinos "Laranja de Amares" e o Cidrão, melhor adaptadas às condições agro-ecológicas do território e com um forte ligação a práticas e usos ancestrais com ligação ao património imaterial local. As novas actividades e produtos emergentes, como é o caso da produção de pequenos frutos (ex. mirtilos, framboesas) atrás já referidas e de cogumelos muito ligadas à incorporação de alguma inovação tecnológica, à juventude e dinâmica dos seus promotores. A comercialização de produtos agro-alimentares em circuitos de distribuição com o surgimento em 2012 do projecto de cooperação PROVE neste território por iniciativa da ATAHCA, envolvendo já 16 produtores os quais abastecem de forma directa semanalmente cerca de 350 consumidores essencialmente em zonas peri-urbanas e urbanas de Braga, Póvoa de Lanhoso, Barcelos e Vila Verde, com um volume anual de 70 ton. de produtos, que geram cerca de 76.000 euros de volume de negócios.

No património natural, as principais amenidades rurais ou bens patrimoniais naturais e culturais deste território são: aldeias de montanha, paisagens rurais, fauna e flora diversificada, ecossistemas particulares, Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG)-Reserva da Biosfera Gerês/Xurês, Parque Natural do Litoral Norte (PNLN), locais de observação, cursos e planos de água, águas termais, produções vegetais e animais autóctones, tradições ancestrais, saberes e fazeres tradicionais, sítios e monumentos históricos e religioso. O território inclui ainda um conjunto de aldeias de rara beleza arquitetónica e paisagística (Brufe, Cortinhas, Cutelo, Cibões, Covide, Stª Isabel, Mixões da Serra, Pequenina, Casais de Vide, Gondomar, Paranhos, Urjal, Portuguediz) que mantêm muitas das suas atividades, usos e costumes tradicionais, fazendo delas autênticas reservas de cultura e saber fazer popular.

A riqueza dos recursos hidrogeológicos da região propiciam a existência de quatro estâncias termais (Gerês e Moimenta, Caldelas e Eirôgo), pólos de atracção turística que muito têm contribuído para a promoção da imagem turística do território. O património construído que além de monumentos classificados, possui imóveis ligados directamente à agricultura e etnologia locais (azenhas, moinhos, os engenhos e lagares de azeite, eiras, lagares de vinho, espigueiros, palheiros e sequeiras, etc). Muitos destes exemplares tem vindo a ser alvo de preservação, requalificação e até refuncionalização no âmbito da intervenção da ATAHCA desde 1991.

O artesanato neste território mantém um cariz artístico e cultural muito marcado, resultante da preservação até aos dias de hoje de técnicas e modelos tradicionais, como são os tradicionais lenços de namorados em Vila Verde, a olaria e cerâmica tradicionais de Barcelos, os artefactos de madeira, cheios de diversidade, valor artístico e cultural, necessitando apenas de continuar a ser incentivado na sua produção, comercialização e promoção em novos mercados.

O território é rico em usos e costumes tradicionais minhotos (culto religioso, festas e romarias) e ao profano (trabalhos e actividades agrícolas, danças, músicas e cantares) e um conjunto de eventos de interesse relevante: Namorar Portugal e Festa das Colheitas em Vila Verde, do Festival das Papas de Sarrabulho em Amares, da Feira do Livro e da Mostra de Artesanato e Cerâmica em Barcelos, do Presépio ao Vivo de Priscos e da Braga Romana em Braga, dos Sabores do Campo e da Galaicofolia em Esposende e do Festival do Cabrito e do S. Martinho nas Terras do Gerês em Terras de Bouro, fazendo parte da animação territorial que a ATAHCA tem promovido no âmbito da implementação do LEADER.

Em termos de oferta de alojamento em meio rural, existem 70 empreendimentos com uma oferta de 460 quartos, predominando a tipologia de casas de campo. Neste capítulo é de salientar que a maioria destes estabelecimentos são recentes e foram criados com o incentivo do Eixo 3 do PRODER no período entre 2010 e 2014, no âmbito da ELD da ATAHCA. O Cávado registou em2011 um total de 480.009 dormidas nos seus estabelecimentos, valor que representa um aumento de 21% face ao ano de 2001 (mais 83.144).

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Principais Ameaças







Abordagem do DLBC na programação dos fundos estruturais.

Procura por novas formas de turismo(ex. turismo de natureza, turismo cultural e religioso).

Tendência da opinião pública para valorizar o sector agroalimentar nacional e o consumo de produtos nacionais como forma de dinamizar a economia interna.

Maior valorização e reconhecimento social da atividade agrícola.

Interesse crescente pela atividade agrícola por parte de jovens qualificados.

Crescente procura de produtos com origem sustentável(ex. produtos da época - cabazes PROVE). Previsão do crescimento do fluxo de turistas internacionais nos próximos 20 anos (OMT). Surgimento de novas empresas no sector agrário, agro-alimentar, serviços.

Principais Pontos Fortes

Parque Nacional da Peneda Gerês em cerca de 20 % do território, qualidade da paisagem e diversidade de fauna e flora

Disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos (ex. rios Cávado, Homem e Neiva).

Riqueza e diversidade do património cultural material e imaterial(histórico, rural, etnológico, núcleos rurais e aldeias tradicionais, festas e romarias).

Manutenção de um padrão de agricultura tradicional sustentável: preservadora da paisagem rural, dos solos e geradora de produtos tradicionais de qualidade (ex. Carne Barrosã, Cabrito e Mel das Terras Altas) Instalação jovens agricultores com aumento da área agrícola utilizada e introdução de novos produtos. Diversidade/qualidade de recursos turísticos para vários segmentos de mercado.

Existência de produtos artesanais

diversificados, certificados e com importância comercial (ex. lenços de namorados, figurado)

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Concorrência de outros territórios mais competitivos.

Falta de gestão sustentável e planeamento urbanístico, paisagístico e florestal.

Desertificação das zonas rurais/abandono das terras.

Tendência para o desinvestimento público nas áreas mais rurais.

Deslocalização/desaparecimento dos serviços de proximidade e extensão rural do Ministério da Agricultura;

Legislação desadequada à especificidade agrícolas e artesanais (ex. situação fiscal dos peq. prod. agrícolas.

Falta de orientação estratégica/política do setor agrário.

Custo dos fatores de produção elevados. Burocracia excessiva (ex. licenciamentos). Falta de investigação agrária.

Falta de interligação entre I&DT e a atividade agrícola com insuficiente partilha de conhecimentos e informação.

Efeitos da crise económica sobre o desemprego e rendimentos.

Atractividade de outros destinos turísticos.

Principais Pontos Fracos

Não existência de uma imagem corporativa e de marketing territorial.

Descaracterização da paisagem rural e do património, originadas pelo despovoamento. Défice de aproveitamento dos recursos naturais para gerar dinamização económica.

Ausência de estratégia integrada de gestão sustentável dos recursos;

Ausência de inventário do património material e imaterial.

Pequena dimensão da estrutura fundiária e económica das explorações

Baixo índice de rentabilidade e competitividade da activ. agrária.

Dificuldades de acesso aos mercados pelos agricultores..

Falta de visitantes e turistas na época baixa e estadias curtas.

Dificuldade no trabalho em rede e estabelecimento de parcerias entre operadores.

Reduzida transferência de saberes tradicionais. Elevado nível de desemprego, em especial dos mais jovens e qualificados e da população com mais de 40 anos.









Os principais desafios que se colocam à DLBC Rural "Cávado com...vida!" são os seguintes:

- 1. O próprio DLBC como nova metodologia de desenvolvimento local(DL) e a diversificação de tipologias (rural, costeiro, urbano);
- 2. Como implementar a EDL e obter os resultados preconizados no quadro de transição do paradigma de monofundo (FEADER) para o plurifundo (FEADER, FEDER, FSE)?
- 3. Como responder às necessidades de DL do território tendo em conta o quadro mais limitado de apoios financeiros em comparação com o anterior período de programação?
- 4. Novo modelo de governação e coordenação com introdução de mais um nível intermédio (regional NUT III/CIM e NUT II –CCDR).
- 5. Necessidade de agregar novas competências técnicas face às novas valências de análise e acompanhamento de projectos exigidas pela diversidade de fundos a alocar. Fatores Críticos de Sucesso
- 1 . Divulgação e disseminação da metodologia DLBC no território

Trata-se de uma nova abordagem de DL nos territórios rurais, apesar desta se basear na metodologia LEADER amplamente consolidada pela ATAHCA, esta incorpora novos conceitos e práticas que importa disseminar em contexto da parceria alargada e junto de outros agentes locais e potenciais candidatos aos apoios, através da animação territorial através de sessões de divulgação e meios de comunicação (website, brochuras, jornais, rádio, etc).

2. Capacitação das entidades integrantes da parceria e dos beneficiários abrangidos pelas várias acções da EDL particularmente aquelas que exigem mais inovação

A inovação é um dos Eixos prioritários da DLBC Rural preconizando-se que ele venha a evidenciar uma grande transversalidade. A introdução da inovação no DL é uma das fragilidades a tornear ou resolver. Atendendo a que o enfoque do instrumento DLBC Rural assim como do PORegional é o de incrementar o emprego junto de públicos alvo maioritariamente com baixas qualificações, será um factor crítico de sucesso encontrar soluções para capacitar na temática da inovação,os vários agentes locais parceiros com intervenção directa junto desses públicos quer os próprios destinatários, através da DLBC Rural e de outros instrumentos complementares. A articulação com as entidades integrantes da parceria que detêm competências em recursos humanos e tecnológicos (ex. universidades) de forma a captar o seu interesse para apoiarem a introdução dos vários tipos de inovação nas várias ideias de negócio que irão surgir é a solução

3. Diversificação das fontes de financiamento para dar resposta à dinâmica territorial As verbas alocadas para o DLBC são limitadas para o território do Cávado apesar da nova vertente multifundo , tendo como refa a implementação do LEADER apenas com o FEADER. Neste sentido será muito importante para o sucesso da sua realização, adaptar a implementação da EDL à diversidade e disponibilidade de outros instrumentos de apoio, nomeadamente em áreas como a formação, cooperação e trabalho em rede.

4. Capacidade técnica para acompanhamento, monitorização e avaliação da EDL A programação e regulamentação do Portugal 2020 impõe um conjunto de exigências em matéria de selecção de projectos e realização de metas que transformam estas actividades num factor crítico de sucesso. A larga experiência da ATAHCA como organismo intermédio na implementação de programas de desenvolvimento local, assim como a metodologia apresentada no modelo de participação activa focado num dos pontos seguintes garantem o seu sucesso.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) foi um processo que envolveu um conjunto alargado de agentes locais do território, em particular na fase de diagnóstico, através da proximidade de contactos, parcerias já existentes e outras interacções que permitira criar um documento estratégico actualizado e adaptado à realidade assim como dotado da abrangência necessária para que a sua operacionalização não se reduza ao universo limitado das respostas previstas no mecanismo de DLBC do Portugal2020, tendo em conta o alargado leque de objectivos estratégicos delineados no documento inicial aprovado na 1º fase deste concurso. É pois esta a primeira vocação específica da EDL, a capacidade de se adaptar aos vários instrumentos de apoio que possam surgir a curto e médio prazo no horizonte deste quadro comunitário, complementando-se desta forma as eventuais falhas que entretanto identificadas em áreas específicas de intervenção.





Outra vocação específica da ETL é aquilo que poderemos intitular de vocação agregadora, que resulta em parte do trabalho já desenvolvido anteriormente e em especial no anterior período de programação, concretamente no estabelecimento de parcerias sólidas com diversos agentes privados e públicos dos quais resultou uma relação de confiança que perdura até hoje e muito facilitou a elaboração desta EDL, pelos motivos atrás expostos e que apresenta como evidência máxima o protocolo de cooperação territorial DLBCRural "Cávado com...vida" e a carta de compromisso nele contida, assinado por uma vasto e diversificado leque de instituições colectivas, empresariais e singulares representativas das várias sensibilidades, opiniões e áreas de actuação deste território.

Esta EDL está também vocacionada para continuar a dinamizar e incrementar junto deste vasto universo de parceiros, a metodologia do DLBC em toda a sua amplitude e com ênfase nos 7 postulados da abordagem LEADER (abordagem territorial, planeamento "bottom up",

a parceria local como o principal tomador de decisões e centro de apoio ao DL; integração multi-sectorial das acções e projectos; experimentação e consolidação da inovação em termos de produtos, processos e organização; criação de redes como o principal instrumento de aprendizagem à escala local, regional e global; e a cooperação territorial entre as zonas rurais nas vertentes interterritorial e transnacional.

É com base nestes princípios vocacionais que a EDL foi concebida e nos quais está sustentado o seu alinhamento estratégico que contribuiu para a definição da missão de desenvolvimento assente no Incremento da Competitividade Territorial e da Coesão Social com base na valorização agrícola e agro-alimentar, na promoção da inovação e do conhecimento, na dinamização do tecido socioeconomico, numa lógica sustentável e implicando a participação de um número alargado de agentes locais assente numa parceria territorial ativa.

Para a sua prossecução estão estabelecidos em termos estratégicos e operacionais os seguintes objectivos: Eixo 1 – Actividade Agrária

Objectivo Estratégico: Modernizar e capacitar a actividade agrária

Objectivos Específicos:

Promover a renovação e reestruturação das explorações agrícolas de pequena dimensão;

Melhorar e/ou criar condições de transformação, conservação, armazenamento e transporte dos produtos agro-alimentares;

Promover a criação de novos mercados e a comercialização dos produtos agrícolas em circuitos curtos.

Eixo 2 - Inovação e Qualificação

Objectivo Estratégico: Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação

Objectivos Específicos:

Capacitar para a inovação do tecido económico local e reforçar a sua ligação a polos de I&D;

Introduzir a inovação técnica e social em serviços de apoio e proximidade;

Contribuir para a qualificação e capacitação da população e dos agentes locais

Eixo 3 – Economia e Emprego

Objectivo Estratégico: Dinamizar o Tecido Socioeconomico

Objectivos Específicos:

Apoiar a criação, dinamização e consolidação de iniciativas empresariais;

Promover e incentivar o microempreendedorismo;

Potenciar a criação de emprego;

Revitalizar as artes e ofícios tradicionais e a sua ligação à inovação e ao design.

Objectivo Estratégico: Melhorar a Competitividade da Actividade Turística

Objectivos Específicos:

Dinamizar e qualificar os recursos turísticos (Apoiar a criação ou requalificação de empreendimentos turísticos de pequena escala);

Promover e divulgar de forma integrada a oferta turística;

Incrementar a atratividade turística e dos fluxos de visitantes e turistas no território;

Preservar e valorizar de forma sustentável os recursos naturais.

Eixo 4 - Animação Territorial

Objetivo Estratégico: Promover a Valorização e a Dinamização dos Activos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora

Objectivos específicos:

Promover e divulgar os activos territoriais;

Incrementar a capacitação técnica, a animação territorial e a disseminação de boas-práticas;

Explorar novos mercados relacionados com as oportunidades de negócio emergentes.







Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O modelo de governação da Parceria "CÁVADO COM...VIDA!" é assente na participação activa herdeira da experiência acumulada da abordagem LEADER com base no modelo organizacional assente nos três seguintes aspectos chave: o Acordo de Parceria, a Carta de Valores e a Avaliação Externa Independente. O Protocolo de Parceria DLBCRural 2020 em anexo a esta candidatura, é o documento, cuja ratificação simboliza a adesão dos diferentes parceiros à EDL desta DLBCRural, a ser gerida de acordo com princípios e valores da abordagem LEADER. Estes princípios/valores consubstanciam-se numa Carta de Valores (CV). parte integrante do referido documento, sendo os valores afirmados os seguintes: Território (dimensão e coesão da EDL e indissociável da mesma e visando o seu desenvolvimento sustentável); Espírito bottom-up (são os agentes locais e as populações que estão mais bem posicionados para se pronunciarem, contribuirem e agirem na resolução dos seus problemas); Inovação(valor transversal em toda a dimensão da EDL); Cooperação (partilha de poderes e de capacidade de decisão entre os sectores privado e público); Trabalho em rede (este valor articula-se especialmente com a Inovação e a Cooperação e que terá como evidência a criação de uma plataforma de trabalho colaborativo); Transparência e Rigor(por se tratar de dinheiros públicos serão adoptadas práticas de gestão adequadas e critérios muito rígidos de transparência e rigor que evidenciem toda a capacidade da entidade gestora para desempenhar as funções de organismo intermédio). Neste contexto a execução da EDL no território tal como a sua concepção, será assegurada através de um modelo de Gestão Participativa em coerência e consistência com os valores afirmados na CV. Este modelo de participação activa será permanentemente e nas várias vertentes (ex-ante, on-going e expost) da responsabilidade de uma entidade externa independente e resultará da declinação dos valores "Transparência e Rigor" em decisões de gestão da Parceria "CÁVADO COM...VIDA!". Assim, no sentido de assegurar uma execução da EDL baseada em evidências, a mesma será assegurada com recurso a serviços especializados de AEI.

Será também criado um Conselho Consultivo de Parceiros (CCP)o qual apresentará uma importância decisiva na materialização da gestão participativa da EDL e circuito de procedimentos previsto entre o OG do GAL e o CC, em que este último emite pareceres quanto às principais decisões do primeiro é a primeira garantia de envolvimento e participação activa e relevante dos parceiros na EDL.

Como segunda dimensão de gestão participativa, as entidades e personalidades que integram este CCP constituirão a base para as actividades de acompanhamento, monitorização e avaliação interna da EDL.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

Em termos de articulação da EDL com a EIDT Cávado como instrumento de integração de políticas públicas e de estratégicas de actores regionais, ela verifica-se essencialmente ao nível dos seguintes elementos estratégicos:

- > Projetar a CIM Cávado para uma intervenção com maior capacidade de integração das políticas municipais e de relacionamento em rede e cooperação com outras entidades e atores regionais;
- > Projetar o território do Cávado para um nível de desenvolvimento económico e social compatível com a mais-valia dos ativos materiais e imateriais aí localizados.

Em termos de articulação com a visão do desenvolvimento do Vale do Cávado 2020 assumida na EIDT NUT III, a EDL desta DLBC Rural alinha nas seguintes formas:

- > A relação de excelência e de proximidade a valorizar entre o urbano, o rural e as mais valias ambientais se transforma num poderoso fator de diferenciação e inimitabilidade do território, desejavelmente com expressão de criação de valor:
- > O capital de juventude ainda existente no território emerge como o principal fator de rejuvenescimento e fortalecimento da capacidade de iniciativa já instalada;
- > A riqueza e diversidade do movimento associativo são assumidas como fator de preservação e valorização do capital social no território e principal antídoto contra os fenómenos de desagregação social suscitados pela crise económica;
- > A empregabilidade assumida como uma prioridade de organização de redes e parcerias no território

Em termos de articulação com as orientações estratégicas e operacionais regionais (EIDT NUT III Cávado) a





EDL estabelece pontes de ligação com um número considerável de prioridades, a saber:

O objetivo estratégico Modernizar e Capacitar a Actividade Agrária apresenta uma relação direta ao nível da Prioridades PE.1 | Maximizar os efeitos da localização do território do Cávado no coração do ecossistema de inovação organizado em torno da Universidade do Minho e do sistema produtivo que com ela interage e dentro desta com a PE1.4. Intensificar níveis de inovação de abordagem ao mercado, em atividades como a produção /exportação de vinho verde e a valorização de recursos endógenos e PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza.

O objectivo estratégico Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação, alinha em sintonia com as prioridades PE.2 Promover a melhoria de qualificações dos recursos humanos e do emprego, e dentro desta com a PE2.4. Apoiar os esforços da estratégia regional Norte 2020 de integração de recursos humanos qualificados nas empresas e nas organizações e com a PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza.

A Dinamização do tecido Socioeconomico é outro dos objectivos da DLBC Rural "Cávado com...vida!" o qual interage estrategicamente com o grupo de prioridades PE.3- Valorizar os níveis de capital social e a diversidade do tecido institucional local como instrumentos de coesão social no território do Cávado, e especificamente com a PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza e 9d – Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária e ainda com o propósito da EIDT ao nível desta prioridade de da sua concretização implicar a devida articulação da EIDT Cávado 2014-2020 com: Criação de uma DLBC rural capaz de realizar a articulação rural/urbano, valorizando a dualidade campo/cidade.

O objectivo Melhorar a Competitividade da Atividade Turística enquadra-se estratégicamente da EIDT Cávado também através da prioridade PE.1, atrás mencionada, e dentro desta da PE1.4. Intensificar níveis de inovação de abordagem ao mercado em atividades como a produção /exportação de vinho verde e a valorização de recursos endógenos, PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza e 9d – Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.

O objectivo Promover a Valorização e a Dinamização dos Ativos Territoriais desta DLBC Rural articula-se con as prioridades PE3.2. Valorizar o tecido institucional de associações de desenvolvimento local e de intervenção social de base local como instrumento crucial da política de desenvolvimento social, PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza, PE5 Capacitar o território do Cávado, as suas instituições e agentes para um estádio mais avançado de cidadania e de promoção do desenvolvimento local (PE 5.6 - Fortalecer a ATAHCA na dinamização e coordenação da DLBC para o território do Cávado).

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir









A DLBCRural "Cávado com...vida!" está alicerçada em 4 Eixos temáticos e preconiza a prossecução dos seguintes Objectivos Estratégicos: Modernizar e capacitar a actividade agrária; Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação; Dinamizar a economia local; Melhorar a Competitividade da Actividade Turística; Promover a Valorização e a Dinamização dos Activos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora. A definição destes Objectivos Estratégicos resulta da identificação no diagnóstico participado e análise SWOT, de um vasto e diversificado conjunto de necessidades, em relação directa com um conjunto de objectivos e prioridades subjacentes à aplicação e princípios dos FEEI e ao conceito neles consagrados das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial ou DLBC, ao PDR2020 e ainda à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial NUT III Cávado. Eixo 1 - Actividade Agrária O objectivo estratégico Modernizar e capacitar a actividade agrária será alicerçado nos seguintes Objectivos Específicos e Operacionais: • Promover a renovação e reestruturação das explorações agrícolas de pequena dimensão (Apoiar projectos de pequenos investimentos nas explorações agrícolas e Diversificar as actividades económicas nas explorações agrícolas); • Melhorar as condições de transformação, conservação, armazenamento e transporte dos produtos agro-alimentares (Dinamizar projectos de pequenos investimentos individuais ou coletivos na transformação e comercialização agro-alimentar); • Promover a criação de novos mercados e a comercialização dos produtos agrícolas em circuitos curtos (Promover os produtos agroalimentares de qualidade e os produtos locais e a sua comercialização de proximidade). Eixo 2 - Inovação e Qualificação Através do Objetivo Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação é visado incrementar a inovação, o conhecimento e a qualificação através da realização dos seguintes objectivos específicos e operacionais: • Capacitar para a inovação do tecido económico local e reforçar a sua ligação a polos de I&D (Apoiar microempresas e micronegócios inovadores; Projectos individuais ou colectivos de I&D de base local que demonstrem a sua ligação a instituições de ensino superior); • Introduzir a inovação técnica e social em serviços de apoio e proximidade (Dinamizar a introdução de novos processos, produtos, práticas e tecnologias inovadoras em serviços de apoio de base local); • Contribuir para a qualificação e capacitação da população e dos agentes locais (Encaminhar potenciais destinatários para acções de formação de curta e média duração direccionadas para as necessidades locais). Eixo 3 - Dinamização do Tecido Socioeconomico É um eixo fundamental da EDL a implementar, pela capacidade de resposta que terá na dinamização da economia local e no desemprego jovem e de longa duração, assim como às situações de exclusão social e pobreza. Este objectivo estratégico será alicerçado na prossecução dos seguintes objectivos específicos: • Apoiar a criação, dinamização e consolidação de iniciativas empresariais (criação, desenvolvimento e modernização de microempresas e de micronegócios); • Promover e incentivar o microempreendedorismo; • Potenciar a criação de emprego (Apoiar a criação de emprego por desempregados de longa duração, inactivos e jovens á procura do 1º emprego) • Revitalizar as artes e ofícios tradicionais e a sua ligação à inovação e ao design (Promover a criação e desenvolvimento de unidades produtivas artesanais e a introdução de novo design, inovação, marketing e certificação). • Dinamizar e qualificar os recursos turísticos (criação ou requalificação de empreendimentos turísticos de pequena escala); • Promover e divulgar de forma integrada a oferta turística (Dinamizar actividades de animação turística que promovam a valorização dos activos territoriais): • Incrementar a atratividade turística e dos fluxos de visitantes e turistas no território (Incentivar a criação de produtos turísticos inovadores). • Preservar e valorizar de forma sustentável os recursos naturais (água, solo e floresta autóctone) e o património cultural (material e imaterial) Eixo 4 -Animação Territorial O objetivo estratégico, Promover a Valorização e a Dinamização dos Ativos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora, preconiza os seguintes objectivos específicos: • Promover e divulgar os activos territoriais (Realizar e apoiar acções de promoção e divulgação do território no interior e no exterior); • Incrementar a capacitação técnica, a animação territorial e a disseminação de boas-práticas (Apoiar tecnicamente a gestão, acompanhamento e avaliação da implementação da EDL, Dinamizar projectos de cooperação interterritorial e transnacional de natureza inovadora; • Explorar novos mercados relacionados com as oportunidades de negócio emergentes (Promover acções de animação, de troca de experiências e benchmarking territorial). De salientar que a transversalidade e complementaridade da intervenção proposta nesta estratégia não encontra todas as respostas nas tipologias de intervenção (accões, projectos) previstas para o DLBC Rural, no entanto decidiu-se apresentar com carácter complementar num dos pontos seguintes, aquele que é dedicado aos Investimentos, Accões e Metas, as acções e respectivos indicadores que não encontrando de imediato o enquadramento necessário no contexto da programação DLBC, poderão vir a obtê-lo em outros instrumentos de apoio ao abrigo do PDR e do Portugal2020, de modo a demonstrar a coerência da intervenção proposta.

Definição da estratégia de desenvolvimento local





A visão da EDL para a DLBCRural do Cávado, terá como foco determinante o Incremento da Competitividade Territorial e da Coesão Social com base na valorização agrícola e agro-alimentar, na promoção da inovação e do conhecimento, na dinamização do tecido socioeconomico com ênfase na atividade turística, numa lógica sustentável e implicando a participação de um número alargado de agentes locais, consubstanciado por uma parceria territorial ativa, assente na prossecução dos objectivos atrás enunciados e sua interligação e complementaridade. Em primeiro lugar e porque estamos perante um território marcadamente rural, a Modernização e capacitação da atividade agrária, justifica-se pelas necessidades de rejuvenescimento do tecido agrícola, promovendo o acesso à terra por parte dos jovens, aproveitando a sua atual predisposição e interesse, de modernizar as explorações agrícolas familiares e incrementar a sua dimensão e viabilidade económica e orientação para os mercados atuais, diversificando as suas atividades económicas através da valorização de ativos territoriais como são os produtos de qualidade, a gastronomia e o potencial turístico. Será também prioritário neste eixo estratégico, apoiar o surgimento de novas soluções para a comercialização direta dos produtos agrícolas locais junto dos consumidores finais, reforçando a estratégia de comercialização de proximidade implementada no âmbito do projeto PROVE, pelo impacto dos efeitos demonstrativos deste, pelo excelente nível de adesão de produtores e consumidores e pelos resultados já observados. Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação será um objectivo transversal a toda a EDL, pois dadas as carências a este nível nas diversas áreas do tecido socioeconomico, respondendo assim de uma forma direta às necessidades identificadas no diagnóstico e no envolvimento da parceria, através da facilitação do acesso à inovação, à investigação, à transferência de tecnologia e criação de novos produtos e serviços, assim como a sua progressão na cadeia de valor e orientação para os produtos transacionáveis e quiçá para os mercados internacionais, através da dinamização de novas sinergias entre o setor privado e as instituições ligadas à I&D (ex. UM, IPCA, IPVC, UTAD). O acesso ao conhecimento e à qualificação da população e dos agentes económicos será concretizada através da articulação direta com os outros instrumentos de apoio não necessariamente previstos na metodologia DLBC mas sim em outros programas (ex. POCH). A Dinamização do Tecido Socioeconomico Local será uma prioridade fundamental desta estratégia pela importância que terá na obtenção de respostas concretas relativamente ao desemprego de longa duração e ao desemprego jovem, aos problemas de inclusão e pobreza latentes, através da dinamização de atividades conexas à agricultura nomeadamente o artesanato, os serviços de proximidade, a restauração tradicional e o comércio rural e a utilização das novas tecnologias e da inovação para superar as dificuldades de penetração nos mercados e a globalização. Serão considerados prioritários os projetos de criação ou desenvolvimento de microempresas ligadas à artes e ofícios artesanais e introdução de inovação e design nos seus produtos, a outras atividades conexas com a agricultura, o desenvolvimento ou modernização de estabelecimentos de restauração ou comércio tradicional, os projetos de microempreendedorismo (auto-emprego), os serviços de proximidade com caráter inovador e diferenciador (microempreendedorismo social, ambiental ou tecnológico) e o apoio a projetos de instalação ou desenvolvimento de microempresas "start-ups" em incubadoras ou viveiros de empresas. A Melhoria da Competitividade da Atividade Turística assume um papel estratégico, pela importância que os recursos turísticos locais possuem como ativos territoriais com maior notoriedade neste território, alicerçada na qualidade e diversidade do património natural (ex. PNPG, recursos hídricos) e do património cultural, assim como na capacidade de resposta da rede de equipamentos turísticos. Será prioritário apoiar a qualificação dos recursos existentes assim como a criação e/ou instalação de novos projetos, nomeadamente aqueles que revelem potencial estratégico (turismo em espaço rural, turismo natureza, turismo de bem estar, turismo religioso, gastronomia e vinhos, turismo equestre), diferenciador ou inovador. Merecerão atenção especial as atividades e infraestruturas de animação de pequena escala, que promovam a valorização dos ativos territoriais numa lógica de complementaridade. Outra área de intervenção será a da animação territorial, a qual será o elo de ligação entre as várias áreas de intervenção da DLBC, contribuindo decisivamente para a criação de sinergias entre os vários parceiros e actores locais envolvidos ou a envolver na EDL, criando efeitos multiplicadores e demonstrativos, possibilitando assim a integração e complementaridade entre objetivos e atividades a implementar.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização		Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar	
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	









99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1/Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/b eneficiário s apoiados	80,00	80,00	Exploraçõ es ou Beneficiári os apoiados, na restrutura ção ou moderniza ção	20,00	44,00	900 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1/Pequenos Investimentos na transformaçã o e comercializaç ão	Projetos/b eneficiário s apoiados	7,00	7,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	10,00	10,00	450 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1/Diversificaç ão de actividades na exploração agrícola	Projetos/b eneficiário s apoiados	7,00	10,00	Exploraçõ es ou Beneficiári os apoiados, na restrutura ção ou moderniza ção	20,00	44,00	675 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo1/Promoç ão dos produtos locais agro- alimentares de qualidade	Projetos/b eneficiário s apoiados	2,00	4,00	Exploraçõ es ou Beneficiári os com investime nto apoiado em regimes de qualidade	2,00	3,00	143 768,18€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo1/Cadeia s curtas e mercados locais	Projetos/b eneficiário s apoiados	7,00	12,00	Exploraçõ es ou Beneficiári os apoiados, na restrutura ção ou moderniza ção	20,00	44,00	225 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo1/Renova ção de aldeias	Projetos apoiados	9,00	9,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	265 974,00€







09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo2/8a g)Projectos de investimento para a expansão de pequenas e microempres as existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadame nte na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvime nto de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	3,00	17,00	Postos de trabalho criados	5,00	23,00	330 780,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo3/6ca) Património Cultural ii)Protecção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é património da humanidade reconhecido pela UNESCO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiári os de apoio	113,00	452,00	Dormidas em estabeleci mentos hoteleiros, aldeament os, apartame ntos turísticos e outros	0,03	0,14	45 210,00€









09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo3/6c a)Património Natural i)Criação e requalificação de infraestrutura s de apoio à visitação de áreas classificadas, bem como outras associadas à conservação dos recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiári os de apoio	88,00	351,00	Dormidas em estabeleci mentos hoteleiros, aldeament os, apartame ntos turísticos e outros	0,03	0,11	35 070,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo3 /8a b) Projectos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregad os ou inactivos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	20,00	Postos de trabalho criados	5,00	27,00	391 740,00€







09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Eixo3/8iii b) Projectos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregad os ou inactivos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoempre go	36,00	61,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoempr ego, que permanec em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 338 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1/Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Despesa Pública	990,00	990,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo1/Pequen os Investimentos na transformaçã o e comercializaç ão	Despesa Pública	495,00	495,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	10,00	10,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo1/Diversif icação de actividades nas explorações agrícolas	Despesa Pública	225,00	742,50	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	6,00	9,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo1/Promoç ão dos produtos locais agro- alimentares de qualidade	Despesa Pública	47,00	158,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1/ Cadeias curtas e mercados locais	Despesa Pública	74,00	247,50	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo1/Renova ção de Aldeias	Despesa Pública	293,00	293,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)











Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização		Indicador de Resultado		Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar		
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixos 2 e 3 - Acções apoiadas pelo FEDER				Efeito multiplica dor do investime nto público no investime nto privado	0,80	1,40	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	2 659 742,18€
FEDER	802 800,00€
FSE	1 338 000,00€
Total	4 800 542,18€

Pressupostos





A elaboração da EDL para a DLBC Rural do Cávado baseou-se no seguinte conjunto de pressupostos os quais podem ser sistematizados em três áreas-chave: Primeiro, o diagnóstico do território, o qual foi construído a partir da análise e da interpretação quer de dados estatísticos actualizados provenientes de fontes externas (ex. estatísticas do INE, IEFP, Ministério da Agricultura, CIM, Turismo de Portugal) quer de elaboração própria com base em dados recolhidos no território junto dos vários agentes locais), quer das informações e contributos recolhidos durante as várias reuniões temáticas de envolvimento com os actores locais mais representativos, realizadas no período que antecedeu a elaboração da EDL, e ainda através das fichas questionário preenchidas por todas as entidades que posteriormente subscreveram o protocolo de parceria territorial. Diagnóstico este que deu origem à elaboração de uma análise SWOT por áreas temáticas de desenvolvimento e consequente identificação e priorização de um conjunto de necessidades territoriais, com o objectivo primordial de valorizar e potenciar os elementos positivos do diagnóstico e minimizar ou anular os elementos que se revelam mais desfavoráveis. Em segundo lugar a concepção da proposta de estratégia de desenvolvimento local tendo em consideração os pressupostos atrás enunciados e o seu enquadramento e articulação com as diversas orientações e medidas de política de âmbito comunitário, nacional e regional com particular incidência neste território, mormente na temática relacionada com o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), nomeadamente o documento comunitário "Estratégia EUROPA 2020", o Regulamento EU N.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013, o Acordo de Parceria, O Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020), o Programa Operacional Regional e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) para a NUT III Cávado e o respectivo Plano Estratégico. Numa terceira fase e no momento da elaboração da candidatura à 2ª fase do concurso DLBC, a definição do Programa de Acção e Investimentos, para o qual foram tidos em conta os vários pressupostos tomando em consideração o histórico da experiência passada do Grupo de Acção Local da ATAHCA na aplicação e execução de programas, medidas, acções e projectos de desenvolvimento local (LEADER 1991-2014; Centros Rurais 1994-1999; AGRIS 2003-2009; EQUAL 2004-2009; POPH 2008-2014; PRODER 2009-2014) tendo em conta os seguintes indicadores de realização e de resultados alcançados: >Nº de projectos apoiados; >Nº de microempresas criadas ou desenvolvidas; >Nº de explorações agrícolas diversificadas; >Nº de projectos de preservação de património rural apoiados; >Nº de projectos da área social apoiados; >Nº de postos de trabalho mantidos; >Nº de postos de trabalho criados; >Investimento total em projectos apoiados; >Despesa pública total em projectos apoiados; >Nº de projectos de pequenos investimentos agrícolas apoiados; >Nº de projectos de pequenos investimentos agrícolas sem dotação financeira: >Nº de accões de animação/promoção territorial realizadas: >Nº de participantes em accões de animação/promoção; >Nº de acções de formação realizadas; >Nº de beneficiários de acções de formação; >Nº de horas de formação ministradas; > Nº de projectos de cooperação implementados; > Nº de parceiros envolvidos em projectos de cooperação implementados.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)









A cooperação tem sido e continuará a ser uma importante "ferramenta" de apoio ao desenvolvimento local (DL) dos territórios rurais no âmbito da abordagem LEADER, pois permite aumentar a sua competitividade territorial através do desenvolvimento socioeconomico por via da partilha de conhecimentos, boas-práticas e troca de experiências, assentes em complementaridades e diversidades territoriais, na disseminação/transferibilidade/importação de conhecimento a partir de redes e parcerias.

A ATAHCA ao longo destes anos tem aproveitado bem as oportunidades de cooperação que foram surgindo e foi através delas que conseguiu dinamizar diversificados projectos através de replicação de boas-práticas e do estabelecimento de parcerias que se têm fortalecido permitindo, em muitos casos, implementar iniciativas de DL que ainda perduram e dão frutos, como são os exemplos do PROVE (comercialização em circuitos curtos de produtos agrícolas) e as Aldeias de Portugal (rede de aldeias que valoriza de forma integrada o turismo em meio rural).

Esta parceria considera por isso muito importante continuar a apostar na área da cooperação entre territórios pelos motivos atrás expostos, acrescidos da necessidade de adquirir escala para alcançar outros mercados, aumentar a oferta de produtos e/ou serviços e ganhar coerência e dimensão estratégica entre territórios. Neste contexto os objectivos estratégicos de cooperação desta DLBC Rural são:

- >Promover e divulgar o Cávado os seus activos territoriais e as boas-práticas de desenvolvimento existentes, promovendo a sua afirmação institucional e incremento da auto-estima local;
- >Reforçar iniciativas de cooperação bem sucedidas e com potencial de desenvolvimento promovendo a aquisição de massa crítica, novas competências e o seu alargamento a outras áreas de intervenção ou outros territórios:
- >Continuar a dinamizar o intercâmbio e partilha de conhecimentos e boas-práticas entre territórios;
- >Incrementar a complementaridade e a criação de oportunidades entre o território do Cávado e outros territórios rurais, costeiros ou urbanos no sentido de dinamizar e valorizar produtos e serviços e aumentar a competitividade territorial através do acesso a novos mercados.

As áreas de intervenção a privilegiar no âmbito da estratégia de cooperação a implementar serão as sequintes:

- >Turismo (revitalização e promoção de aldeias ex. Aldeias de Portugal, rotas temáticas) intervindo nos domínios da divulgação, qualificação e diversificação da oferta, a promoção de eventos que valorizem os seus recursos endógenos, a formação e a comercialização de produtos turísticos;
- > Produtos agrícolas e agro-alimentares e o incremento da sua comercialização (comercialização de proximidade ex. metodologia PROVE e suas boas-práticas, Bioterritórios) nos domínios da divulgação e promoção, aproximação entre produtores e consumidores, criação de novos circuitos de comercialização, melhoria da qualidade, aumento de conhecimento técnico, introdução de novas técnicas, inovação e boas-práticas ambientais (ex. modo de produção biológico)
- > Património natural, histórico e cultural, nomeadamente nos domínios da inventariação e caracterização de recursos materiais e imateriais, valorização e promoção, promoção da sua interligação com outros sectores (ex. turismo) e territórios;
- > Inovação é empreendedorismo promovendo a criação de condições para o aumento do conhecimento e aplicação de novo saber-fazer, tecnologias e/ou métodos de trabalho.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O modelo de governação e gestão foi aprovado em Assembleia Geral de Parceiros, onde também foi aprovada a EDL e rectificado com alterações em 15 de Julho de 2015 de acordo com os pressupostos da candidatura à 2ª fase deste concurso.

O modelo organizacional e de governação da Parceria seguirá as orientações preconizadas pelo modelo de DLBC e do que vier a ser definido pela contratualização e respectiva regulamentação e regras a definir pelas Autoridades de Gestão.

Em termos organizativos está previsto:

A Assembleia Geral de Parceiros (AG) é um órgão de análise, discussão e poder deliberativo, que participa na construção das EDL, decide sobre propostas apresentadas pelo Órgão de Gestão, aprova os Regulamentos Específicos e o Manual da Qualidade para a implementação da EDL. Participa nas dinâmicas territoriais. Para implementação da DLBC Rural foi constituído um Orgão de Gestão (ver anexo) composto por







7 elementos efectivos e suplentes, sendo este orgão maioritariamente constituído por membros de direito privado, sendo presidido por um privado que tem direito a voto de qualidade e os restantes elementos são vogais.Reunirá duas vezes por ano ou extraordinariamente, sempre que necessário.

O Conselho Consultivo de Parceiros (CC), órgão consultivo, composto por instituições privadas e públicas com intervenção transversal e global sobre áreas relevantes para a implementação da EDL pela sua especificidade ou área de conhecimento. O CC pode ser convidado pelo OG, AG ou pela Direção a pronunciar-se, sobre as áreas onde intervêm, emitindo parecer. Reúne trimestralmente e extraordinariamente, sempre que necessário. As reuniões convocadas com, pelo menos, oito dias de antecedência.

Composição: DRAPN, CIM Cávado, ISS de Braga, UM, IEFP, IPCA, IPVC – ESAPL, UCP –Braga, UTAD, Diocese de Braga, CAP, AlMinho, AEP e Municípios do Cávado, entre outros, conforme listagem de entidades que assinaram acordo de parceira territorial.

- O Órgão de Gestão (OG), órgão executivo das decisões da AG. Decide sobre a abertura de concursos, análise e aprovação de projetos apresentados no âmbito da EDL, solicita parecer ao CC, convoca reuniões do CC, criação de regulamentos e manuais para aprovação pela AG, gestão dos recursos e definição de políticas de dinamização do território. Reúne com periodicidade mensal, ou outra que venha a ser decidida. Competências do OG:
- a) Garante a dinamização e gestão da EDL;
- b) Decide, com base nos pareceres emitidos pela ETL, sobre os pedidos de apoio apresentados em conformidade com os regulamentos de aplicação, de acordo com as OT definidas pela AG;
- c) Coordena e assegura a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL e dos fundos públicos;
- d) Representa o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias;
- e) Aprova o Manual da Qualidade proposto pela ETL, garantindo que o mesmo incorpora as OT da AG;
- f) Apresenta à AG os pedidos de apoio e pedidos de pagamento, no âmbito das respetivas medidas;
- g) Elabora e submete à aprovação da AG as propostas dos avisos de abertura de concursos referentes às respetivas medidas;
- h) Define os critérios de seleção a aplicar, no âmbito das respetivas medidas, em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação, em coerência com os objetivos da EDL;
- i) Aprova os relatórios de execução anual da EDL.

A Equipa Técnica Local (ETL), equipa de apoio ao OG do GAL, liderada pelo Coordenador. A sua composição é multidisciplinar, predominando a formação nas áreas relacionadas com os Eixos Temáticos da EDL. A ETL está na dependência hierárquica do OG, não podendo os seus membros integrar aquele órgão. Responsabilidades da ETL:

- a) Elabora o Manual da Qualidade relativo ao processo de apresentação e análise dos pedidos de apoio, pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações, de acordo com as OT da AG e submetê-lo à aprovação do OG;
- b) Emite pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados, de acordo com critérios definidos;
- c) Analisa os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários, verificando a sua elegibilidade;
- d) Recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, relativos às medidas e ações, sobre a execução da EDL, a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para estudos de avaliação estratégica e operacional:
- e) Realiza a monitorização e avaliação interna da EDL e prepara os relatórios de execução. Competências do Coordenador da ETL
- a) Participar nas reuniões do OG;
- b) Garantir o desenvolvimento das atividades inerentes à gestão técnica e operacional, gestão da equipa, dando cumprimento às orientações e decisões emitidas pelo OG;
- c) Garantir cumprimento de todos os procedimentos técnico administrativos necessários à divulgação, análise e acompanhamento e controlo dos pedidos de apoio;
- d) Assegurar o princípio da segregação de funções
- e) Validar os Pareceres Técnicos e apresentação ao OG.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

O modelo de monitorização e avaliação interna (MAI) foi desenhado, de acordo com orientações do EvalYear (2015), resultando numa abordagem metodológica consistente com a Avaliação Inclusiva.









As opções metodológicas tiveram como referências o modelo organizacional escolhido e o processo de envolvimento com as comunidades locais. Desenhou-se uma metodologia de avaliação interna:

>Consistente com a gestão participativa da parceria e o modelo de governação;

>Coerente com o espírito "bottom-up".

Foi neste enquadramento que a Parceria concebeu um dispositivo de MAI da EDL.

A primeira preocupação subjacente ao modelo de MAI adotado está relacionada com a decisão de integrar no modelo organizacional uma dimensão de avaliação externa independente (AEI) da EDL.

O modelo adotado consagra a criação no seu organigrama de uma unidade funcional especificamente dedicada à MAI integrada na ETL. De forma equivalente o modelo de governação materializa o recurso a serviços de avaliação externa independente a contratar assim que se dê início à implementação da EDL no território.

Quanto à AEI, a sua abordagem metodológica será coerente e alinhada com as características de gestão. Para o efeito, será elaborado um caderno de encargos detalhado para a respetiva seleção de serviços especializados em AEI. A AEI, para além dos indicadores de execução e de resultados, integrará indicadores de impacto.

Coerência com o espírito bottom-up

Esta coerência é garantida por duas opções técnicas. A primeira consiste, em alinhar a metodologia de avaliação interna (Avaliação Inclusiva) com o modelo de gestão participativa preconizado para a implementação da EDL; a segunda reside na atribuição primordial à AEI em providenciar os juízos de valor quanto à capacidade da Parceria (e com que resultados e impacto) em incorporar a abordagem "de baixo para cima" na implementação da EDL.

Monitorização estratégica

No exercício das atividades de acompanhamento da EDL serão produzidos conteúdos informativos a integrar nos respetivos instrumentos de monitorização estratégica:

- > Acompanhamento da execução física e financeira da EDL, e elaboração de reportes informativos específicos para o seu acompanhamento estratégico;
- > Programação e execução de atividades regulares de monitorização estratégica e avaliação interna, no sentido de gerar e recolher informação quanto à implementação da EDL.
- > Análise de risco. A monitorização estratégica da EDL atenderá à incerteza inerente ao cumprimento dos seus objetivos.

Mecanismos de monitorização

- >Reunião dos órgãos relevantes do modelo organizacional aprovado onde serão integrados nas respetivas ordens de trabalho pontos de situação da implementação da EDL e os resultados alcançados face aos objetivos estratégicos e específicos a atingir. Estes momentos serão também utilizados para a recolha de informação sobre aspetos do desenvolvimento temático do território da Parceria;
- >Painéis de monitorização e avaliação interna de resultados: Redes Temáticas constituídas por entidades da Parceria (incluindo o CC) e por outras personalidades/peritos externos entendidos como cruciais para testemunhar e analisar criticamente os resultados das ações preconizadas pela EDL. É importante sublinhar que a função das Redes Temáticas excede o âmbito da monitorização de resultados; Instrumentos
- >Gestão e monitorização permanente de Matriz de Indicadores Estratégicos (MIE) com base nos resultados esperados para a implementação da EDL declinados em indicadores de execução e de resultados quantificáveis de suporte à monitorização estratégica da EDL. A definição da matriz de indicadores estratégicos atende aos Eixos Temáticos e Objetivos Estratégicos definidos para a EDL;
- >Publicação de Boletim Estatístico em formato digital como suporte à monitorização da MIE. A periodicidade do instrumento será crescente durante o período de vigência da EDL, perspetivando a publicação de 1 Boletim em 2015, semestral até 2018 e trimestral até final da implementação da EDL;
- >Elaboração de Relatórios Semestrais de Monitorização Estratégica da EDL.

Avaliação inclusiva da EDL

Durante a vigência da EDL, a unidade funcional responsável pela MAI, desenvolverá atividades de avaliação interna de acordo com o referencial teórico da Avaliação Inclusiva.

Métodos/técnicas de avaliação interna a ser desenvolvidas pela unidade funcional MAI:

- >Diálogo/Entrevista semi-estruturada
- >Focus groups
- >Sessões de brainstorming
- >Observação participativa
- >Inquérito por questionário
- >Citizen Report Cards e outros métodos inovadores/inclusivos





Independentemente das opções teóricas quanto ao tipo de avaliação a associar à implementação de uma estratégia, a formulação dos indispensáveis juízos de valor faz-se com base no que se designa por "Questões de Avaliação". Os juízos de valor correspondem, à resposta a cada uma dessas questões, podendo ser expressos também em grau numa determinada escala definiada pelos avaliadores para o efeito. Na base dos juízos de valor estará presente a identificação da Teoria da Mudança inerente à execução da EDL tal como definido. Estes pressupostos teóricos da intervenção, explícitos e implícitos serão cruciais para a avaliação interna, uma vez que permitirão responder até que ponto a mudança ocorrida se ficou a dever à execução da EDL.

As questões de avaliação serão agrupadas em critérios de avaliação que declinam em indicadores de avaliação (execução e resultados).

Assim, serão gerados todos os indicadores (quantitativos e qualitativos) do processo de avaliação interna que formarão a Bateria de Indicadores da AI. Este instrumento terá carácter dinâmico, incorporando novos indicadores em função da execução da EDL.

Serão elaborados Relatórios Anuais de AI, até 31 Março do ano civil seguinte, com base na informação resultante dos diversos mecanismos/instrumentos de recolha e sistematização de informação implementados para monitorização e avaliação interna da EDL.

A monitorização estratégica e a avaliação interna da EDL visam contribuir para a boa execução e correspondem a ferramentas de gestão da qualidade, funciona como mecanismo de feedback constante que permitirá a deteção rápida de desvios positivos e negativos, assim como de níveis de risco. Tal possibilitará a tomada de decisão quanto a eventuais ações corretivas e/ou de melhoria nas diferentes atividades em que a EDL se materializará no território.

A AI, incorporando a informação recolhida no processo de monitorização estratégica, acrescentar-lhe-á valor por abranger outras dimensões que não apenas a análise de desvios entre resultados reais e resultados esperados. Para além da função de feedback, a AI procurará gerar e partilhar conhecimento relevante para os membros da Parceria, incluindo a sinalização de Boas Práticas nas várias dimensões de gestão do DL. Os relatórios anuais da AI funcionarão ainda como imput para a avaliação externa.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-007.pdf	20/11/2015 09:20	
Outros	Anexo_Indicadores_Novos_CCDR.pdf	09/12/2015 17:38	184871930
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-007.pdf	24/07/2015 16:00	184871930
Protocolo de parceria	Protocolo_de_Parceria_Cavadocomvid a.pdf	23/07/2015 11:31	184871930
Outros	ATA_Assembleia.pdf	24/07/2015 15:43	184871930
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-007.pdf	30/09/2015 12:51	
Outros	Modelo_Governação_Cavadocomvida.	24/07/2015 15:43	184871930
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Equipa_Técnica_Local.pdf	21/07/2015 16:31	184871930
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Orgão_de_Gestão_Cavadocomvida.pd	24/07/2015 09:12	184871930









Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário

NIF 503408077

ATAHCA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM CAVADO E AVE

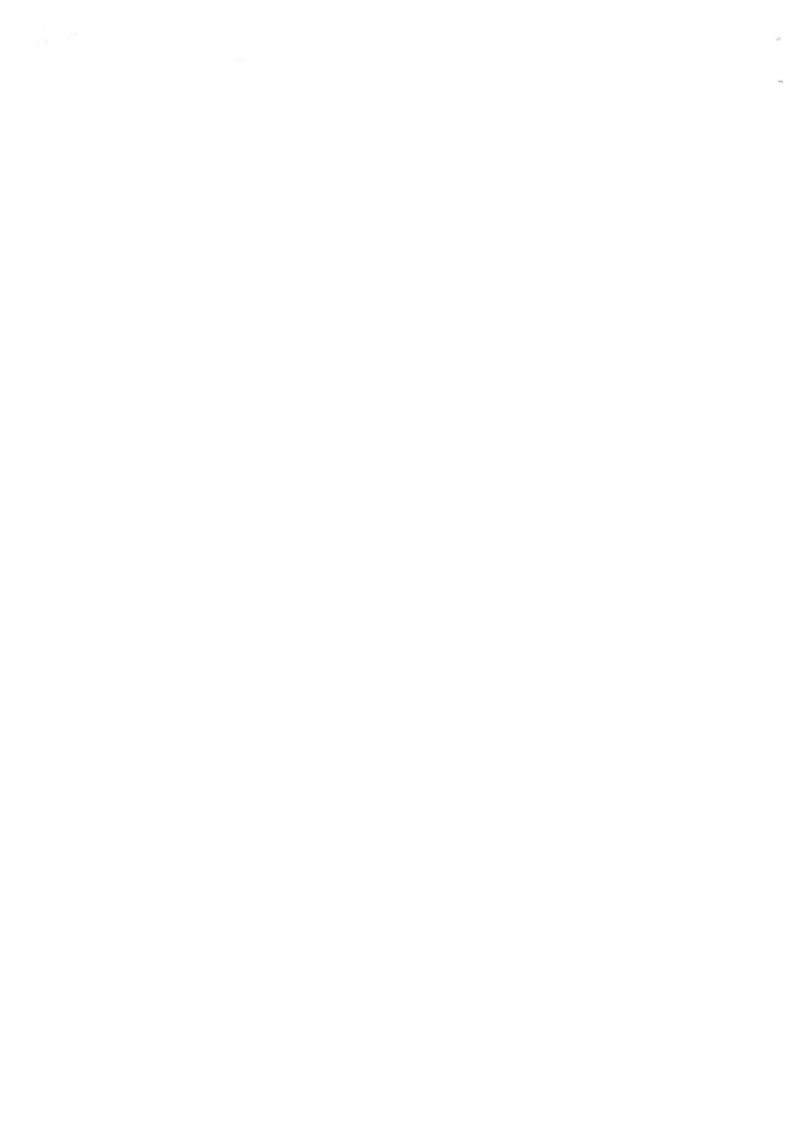
Submetido por

PAULO JORGE CRISTINA PEREIRA

NIF 184871930

Data de Submissão

09-12-2015

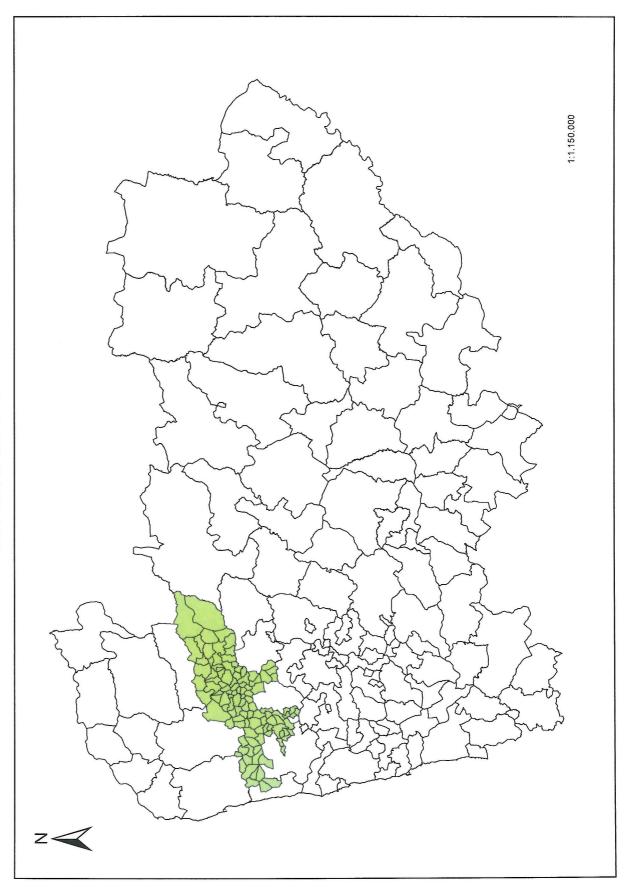


602

Jh

ANEXO 2





DLBC RURAL: GAL ATACHA



* Am

Território de Intervenção - ATAHCA

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Barreiros	760
	Bico	777
	Caires	868
	Carrazedo	732
	Dornelas	508
	Fiscal	718
	Goães	557
	Lago	1910
AMARES	Rendufe	1124
	Bouro (Santa Maria)	760
	Bouro (Santa Marta)	490
	União das freguesias de Amares e Figueiredo	2654
	União das freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos	1187
	União das freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros	4573
	União das freguesias de Torre e Portela	626
	União das freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas	645
	Aborim	891
	Adães	790
	Airó	913
	Aldreu	904
	Areias	1014
	Balugães	841
	Barcelinhos	1781
	Carapeços	2277
	Cossourado	825
BARCELOS	Fragoso	2193
	Lama	1271
	Martim	2375
	Oliveira	1004
	Palme	1073
	Panque	680
	Pousa	2272
	Roriz	2152
	Rio Covo (Santa Eugénia)	1483
	Galegos (São Martinho)	1930





Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Ucha	1420
W - 1 W - 1 W - 1 W - 2	Várzea	1904
	União das freguesias de Alheira e Igreja Nova	1456
	União das freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto	1438
	União das freguesias de Areias de Vilar e Encourados	1879
	União das freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins)	1521
	União das freguesias de Durrães e Tregosa	1409
	União das freguesias de Quintiães e Aguiar	1190
	União das freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão)	1916
	União das freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1420
	Adaufe	3711
	Espinho	1181
	Mire de Tibães	2437
	Padim da Graça	1521
	Pedralva	1110
	Priscos	1341
	Ruilhe	1142
	Sobreposta	1301
BRAGA	Tadim	1143
	Tebosa	1129
	União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	2165
	União das freguesias de Crespos e Pousada	1347
	União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	3837
	União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	994
	União das freguesias de Vilaça e Fradelos	1580
	Forjães	2767
ESPOSENDE	Vila Chã	1419
	União das freguesias de Palmeira de Faro e Curvos	3214
	Balança	341
	Campo do Gerês	162
TEDD 46 DE DE 112	Carvalheira	386
TERRAS DE BOURO	Covide	343
	Gondoriz	295
	Moimenta	741





Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Ribeira	242
	Rio Caldo	892
	Souto	494
	Valdosende	630
	Vilar da Veiga	1286
	União das freguesias de Chamoim e Vilar	440
	União das freguesias de Chorense e Monte	580
	União das freguesias de Cibães e Brufe	421
	Atiães	520
	Cabanelas	2102
	Cervães	1981
	Coucieiro	531
	Dossãos	500
	Freiriz	1099
	Gême	551
	Lage	2895
	Lanhas	581
	Loureira	1152
	Moure	1421
	Oleiros	1169
	Parada de Gatim	793
	Pico	610
VILA VERDE	Ponte	483
	Sabariz	443
	Vila de Prado	4472
	Prado (São Miguel)	717
	Soutelo	2102
	Turiz	1746
	Valdreu	516
	Aboim da Nóbrega e Gondomar	1058
	União das freguesias da Ribeira do Neiva	3807
	União das freguesias de Carreiras (São Miguel) e Carreiras (Santiago)	930
	União das freguesias de Escariz (São Mamede) e Escariz (São Martinho)	749
	União das freguesias de Esqueiros, Nevogilde e Travassós	1035
	União das freguesias de Marrancos e Arcozelo	909





Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	União das freguesias de Oriz (Santa Marinha) e Oriz (São Miguel)	571
	União das freguesias de Pico de Regalados, Gondiães e Mós	1515
	União das freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide	1564
	União das freguesias de Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho)	642
	União das freguesias do Vade	1677
	Vila Verde e Barbudo	7047
	Total População ATAHCA	149 591

343

J.

ANEXO 3









20		
14.202		
2014		
Q		
8		

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

۷

				Indicadores Investimento	adores Investimento			yopealpul	Indicador de regultado			
8	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	Dotação FUNDO a contratar
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	80	80		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0		00'000 006
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	7	7		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	10	10		450 000,00
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	7	10		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	9	6		675 000,00
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	7	12		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0		225 000,00
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2	4		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0		143 768,18
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	6	6		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0		265 974,00
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas					Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação	80	80		
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização					Beneficiários apoiados, na modernização	7	2		
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração					Explorações ou Beneficiários apoiados	7	10		
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais					Beneficiários apoiados	7	12		
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais					Beneficiários apoiados	2	4		
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias					Beneficiários apoiados	0	6		
											Total	2 659 742,18

ENS JUN

